



ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais (controladora) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, demonstrações intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e práticas contábeis adotadas no Brasil, de 31 de março de 2012.

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Balço Patrimonial
Em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	407.250	351.567	615.682	558.862
Contas a receber (ativo de concessão)	7	-	-	1.552.516	1.474.794
Estoques		-	-	51.068	50.052
Empréstimos a receber	11	9.365	9.393	9.365	9.393
Juros sobre capital próprio líquido e dividendos a receber	30	39.578	84.828	-	-
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	8	-	-	8.697	14.906
Tributos e contribuições a compensar	9	43.678	44.950	54.642	56.276
Cauções e depósitos vinculados	12	-	2.612	-	2.612
Despesas pagas antecipadamente		-	-	16.646	3.190
Instrumentos financeiros derivativos	31.a	-	-	1.223	1.673
Outros		-	2	71.481	74.488
		499.871	493.352	2.381.320	2.246.246
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber (ativo de concessão)	7	-	-	5.427.829	5.335.027
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	8	-	-	862.575	810.750
Benefício fiscal – ágio incorporado	10	-	-	111.871	119.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	42.396	45.058	51.772	45.058
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	65.613	61.886
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.a	-	-	43.761	54.195
Empréstimos a receber	11	43.788	44.653	43.788	44.653
Estoques		-	-	143.483	145.395
Outros		-	-	27.944	27.617
		86.184	89.711	6.778.636	6.643.660
Investimento	13.b	2.059.804	2.039.320	-	-
Imobilizado	14	46	52	8.378	8.836
Intangível	15	-	-	225.320	240.152
		2.059.850	2.039.372	233.698	248.988
		2.135.918	2.129.083	7.002.218	6.892.648
Total do ativo		2.645.905	2.622.435	9.393.654	9.138.894

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Balço Patrimonial Em 31 de março de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Circulante					
Fornecedores		456	325	55.577	83.338
Empréstimos e financiamentos	16	846	2.177	1.293.464	1.009.850
Debêntures	17	-	-	407.577	389.825
Tributos e encargos sociais a recolher	18	8.621	8.078	107.187	88.351
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	12.532	12.273
Encargos regulatórios a recolher	20	-	-	34.774	28.824
Dividendos fixos cumulativos a pagar	24.c	-	36.004	-	36.004
Instrumentos financeiros derivativos	31.a	-	-	23.449	27.226
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		-	-	81.652	147.328
Provisões	21	11	13	13.778	23.290
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	6.335	6.335	6.335	6.335
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	3.715	3.715	3.715	3.715
Valores a pagar – Fundação CESP	22	-	-	6.304	6.244
Outros		-	-	36.007	30.185
		19.984	56.647	2.082.351	1.892.788
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	16	57.671	59.371	986.863	1.043.635
Debêntures	17	-	-	390.710	389.636
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	145.158	145.236
PIS e COFINS diferidos		-	-	222.236	229.519
Impostos diferidos	29.b	-	-	48.602	42.176
Encargos regulatórios a recolher	20	-	-	34.274	32.334
Provisões	21	-	-	103.171	101.832
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	235.694	232.549	235.694	232.549
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	148.041	146.068	148.041	146.068
Obrigações especiais reversão / amortização	23	-	-	24.053	24.053
		441.406	437.988	2.338.803	2.387.038
Patrimônio líquido					
Capital social	24.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reservas de capital	24.d	1.199.400	1.199.400	1.199.400	1.199.400
Ágio em transação de capital	24.e	(7.488)	(7.488)	(7.488)	(7.488)
Reservas de lucro	24.f	95.510	95.510	95.510	95.510
Lucros acumulados		56.715	-	56.715	-
		2.184.515	2.127.800	2.184.515	2.127.800
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.787.985	2.731.268
Patrimônio líquido		2.184.515	2.127.800	4.972.500	4.859.068
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.645.905	2.622.435	9.393.654	9.138.894

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receita operacional líquida	25.1	-	-	651.378	607.039
Custo dos serviços de operação	26	-	-	(256.913)	(255.737)
Lucro bruto		-	-	394.465	351.302
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	26	(997)	(801)	(46.036)	(36.455)
Outras despesas, líquidas	28	(13.992)	(13.992)	(20.603)	(20.344)
Resultado de equivalência patrimonial	13.c	77.681	77.643	-	-
		62.692	62.850	(66.639)	(56.799)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre lucro		62.692	62.850	327.826	294.503
Despesas financeiras	27	(16.495)	(17.296)	(136.013)	(62.154)
Receitas financeiras	27	19.389	10.583	67.888	18.169
Outras receitas (despesas), líquidas	28	2.894	(6.713)	(68.125)	(43.985)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		65.586	56.137	259.701	250.518
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	29	(6.208)	(4.144)	(75.853)	(67.737)
Diferido	29	(2.663)	51.221	290	48.634
		(8.871)	47.077	(75.563)	(19.103)
Lucro líquido do período		56.715	103.214	184.138	231.415
Lucro líquido do período alocado aos acionistas não controladores		-	-	(127.423)	(128.201)
Lucro líquido do período alocado aos acionistas controladores		56.715	103.214	56.715	103.214
Lucro por ação - Básico e Diluído em reais	24.g	0,03954	0,07195		
Quantidade de ações média no período	24.g	1.434.469.504	1.434.469.504		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucro</u>								
	Capital social	Reserva de capital	Ágio em transação de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	840.378	1.199.400	-	5.881	48.230	-	2.093.889	2.737.364	4.831.253
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	103.214	103.214	128.201	231.415
Dividendos Fixos cumulativos pagos no trimestre (nota 24 c)	-	-	-	-	(48.230)	(59.407)	(107.637)	-	(107.638)
Distribuição de dividendos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(113.128)	(113.128)
Distribuição de dividendos prescritos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	321	321
Juros sobre capital próprio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(40.990)	(40.990)
Juros sobre capital próprio prescritos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	74	74
Saldo após absorção do prejuízo acumulado de controladas	-	-	-	-	-	-	-	238	238
Saldos em 31 de março de 2011	840.378	1.199.400		5.881	-	43.807	2.089.466	2.712.080	4.801.545
Saldos em 31 de dezembro de 2011	840.378	1.199.400	(7.488)	5.881	89.629	-	2.127.800	2.731.268	4.859.068
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	56.715	56.715	127.423	184.138
Distribuição de dividendos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(31.304)	(31.304)
Dividendos prescritos de controladas	-	-	-	-	-	-	-	230	230
Juros sobre capital próprio de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(39.773)	(39.773)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	141	141
Saldos em 31 de março de 2012	840.378	1.199.400	(7.488)	5.881	89.629	56.715	2.184.515	2.787.985	4.972.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Demonstrações dos fluxos de caixas
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	56.715	103.214	56.715	103.214
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais				
Participação de acionistas não controladores	-	-	127.423	128.201
Depreciação e amortização (notas 14,15 e 26)	3	3	1.271	1.516
Perda na aquisição de controlada	-	-	(610)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.663	(51.221)	(290)	(48.634)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(7.280)	15.755
Provisão para contingências (nota 21)	-	-	1.345	(1.669)
IRRF a Recuperar	(1.104)	-	(1.104)	-
Custo residual de ativo permanente baixado	5	-	70	4
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13. c)	(77.681)	(77.643)	-	-
Amortização de ágio (nota 28)	13.992	13.992	21.200	21.200
Perdas/ganhos de capital	-	-	-	38.736
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	4.485	9.341	77.997	9.341
	(922)	2.314	276.737	267.664
(Aumento) diminuição de ativos				
Clientes	-	-	(169.917)	(191.864)
Estoques	-	-	896	16.383
Valores a receber	29	-	(45.587)	(25.620)
Tributos e contribuições compensáveis	3.265	(5.440)	3.627	(4.507)
Cauções e depósitos vinculados	2.612	2.325	(1.115)	731
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(13.456)	(11.341)
Outros	-	7	5.913	22.088
	5.906	(3.108)	(219.639)	(194.130)
Aumento (diminuição) de passivos				
Fornecedores	131	(42)	(31.094)	(15.889)
Tributos e encargos sociais a recolher	543	4.144	18.836	2.115
Impostos parcelados – Lei nº 11.941	-	-	(3.112)	-
Encargos regulatórios a recolher	-	(86)	7.890	1.085
Provisões	-	8	(9.518)	(6.984)
Valores a pagar	-	-	60	(322)
Outros	-	-	5.923	(27.226)
	674	4.024	(11.015)	(47.221)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais				
	5.658	(1.398)	46.083	26.313

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

ISA Capital do Brasil S.A. e Controlada

Demonstrações dos fluxos de caixas
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2011</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado (nota 14)	(2)	-	(36)	(917)
Intangível (nota 15)	-	-	(7)	-
Investimento (nota 13. d)	-	-	-	(15.283)
Saldo Inicial de caixa no momento da aquisição	-	-	-	2.173
(*) Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos (nota 13.c e 24. h)	<u>88.454</u>	<u>65.845</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	<u>88.452</u>	<u>65.845</u>	<u>(43)</u>	<u>(14.027)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adições de empréstimos (nota 16)	-	-	473.467	312.871
Pagamentos de empréstimos (inclui juros) (notas 16 e 17)	(2.423)	(2.326)	(290.299)	(57.029)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>(36.004)</u>	<u>(107.637)</u>	<u>(172.388)</u>	<u>(205.629)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	<u>(38.427)</u>	<u>(109.963)</u>	<u>10.780</u>	<u>50.213</u>
Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>55.683</u>	<u>(45.516)</u>	<u>56.820</u>	<u>62.499</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	407.250	211.745	615.682	374.743
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>351.567</u>	<u>257.261</u>	<u>558.862</u>	<u>312.244</u>
Variação em caixa e equivalentes de caixa	<u>55.683</u>	<u>(45.516)</u>	<u>56.820</u>	<u>62.499</u>

(*) No primeiro trimestre de 2012, a Companhia recebeu junto a CTEEP R\$88.454 (R\$65.845 em março de 2011), referentes a dividendos e juros sobre capital próprio deliberados no final de exercício social anterior.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras intermediárias.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

O objeto social da ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorres do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado pela controlada CTEEP a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Dessa forma, em 31 de março de 2012, a Companhia possui 57.715.128 ações ordinárias, equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembléia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$ 180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Assim, em 31 de março de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 (31.12.2011 – R\$840.378) e estão representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais. Por decisão dos acionistas, em 27 de maio de 2010, a Companhia cancelou seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As ações da Controlada da CTEEP são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

A controlada CTEEP tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)	37,8059	20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	1.992.484	06/11
CTEEP	143/2001	37,8059	30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.793	06/11
IEMG	004/2007	37,8059	30	23.04.37	5 anos	2012	Sim	IPCA	14.193	06/11
Pinheiros	012/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.386	06/11
Pinheiros	015/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	13.474	06/11
Pinheiros	018/2008	37,8059	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.174	06/11
Pinheiros	021/2011	37,8059	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11
Serra do Japi	026/2009	37,8059	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.200	06/11
IENNE	001/2008	9,4514	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	36.435	06/11
IESul	013/2008	18,9029	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.447	06/11
IESul	016/2008	18,9029	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.006	06/11
IEMadeira	013/2009	19,2810	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	176.249	11/08 (**)
IEMadeira	015/2009	19,2810	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	151.788	11/08 (**)
IEGaranhuns	022/2011	19,2810	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A Companhia estima que a IEMadeira inicie suas operações em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em decorrência da aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerado pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2009

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessas LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de maio de 2010, a Linha Verde protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 15 de março de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.814, o pedido de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 07 de abril de 2011, a Controlada CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Linha Verde de sua propriedade para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Lote D - LT Porto Velho – Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de outubro de 2010, a Rio Branco protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela Controlada CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 05 de maio de 2011, a Controlada CTEEP transferiu, pelo valor patrimonial, as ações da Rio Branco de sua propriedade para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

(ii) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, a CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e sumários das práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Exceto quanto ao resultado do período, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.3, no que tange a controlada Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“IEMG”), que optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para estas demonstrações financeiras intermediárias - ITR.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.4 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da ISA Capital, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		31.03.2012	31.12.2011
Diretas			
CTEEP	31.03.2012	37,8059	37,8059
Indiretas			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.03.2012	37,8059	37,8059
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.03.2012	37,8059	37,8059
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.03.2012	37,8059	37,8059
Indiretas- Controlada em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.03.2012	9,4515	9,4515
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)	31.03.2012	18,9030	18,9030
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMADEIRA)	31.03.2012	19,2810	19,2810
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGARANHUNS)	31.03.2012	19,2810	19,2810

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas - demonstrações financeiras intermediárias, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2011. Para o exercício 2012, a Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG") optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2011.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e sua controlada não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de 31 de março de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

5 Obrigações Assumidas na aquisição da controlada CTEEP

De acordo com o contrato de compra e venda de ações, objeto do leilão de privatização descrito na Nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da CTEEP, no caso de a Controlada CTEEP ficar desonerada dos ônus relacionados aos complementos dos pagamentos ao plano de aposentadoria previsto na Lei nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial.

Em 31 de março de 2012, o valor do complemento do preço de compra é composto por duas transações distintas, conforme segue:

- a) O montante de R\$242.029 (31.12.2011 - R\$238.884), apurado na aquisição da primeira participação acionária através do leilão de privatização, realizado em 28 de junho de 2006, registrado na conta "Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda", sendo R\$6.335 (31.12.2011 - R\$6.335) no passivo circulante e R\$235.694 (31.12.2011 - R\$232.549) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$188.895 na conta "Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada", sendo a diferença de R\$53.134, reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, a partir de 31 de dezembro de 2005. No exercício de 2012, foi reconhecido no resultado o montante de R\$3.146.
- b) O montante de R\$151.756 (31.12.2011 - R\$149.783), apurado na aquisição da terceira participação acionária através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA, realizado em 9 de Janeiro de 2007, registrado na conta "Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA", sendo R\$3.715 (31.12.2011 - R\$3.715) no passivo circulante e R\$148.041 (31.12.2012 - R\$146.068) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$120.306 na conta "Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada", sendo a diferença de R\$31.450 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005. No exercício de 2012 foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.973.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	239	205	3.706	2.081
Aplicações financeiras (i)	407.011	351.362	611.976	556.781
	407.250	351.567	615.682	558.862

(i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
CDB	97,5% a 105,0%	344.937	294.028	399.979	344.174
Compromissada (*)	85,0% a 103%	67.133	61.289	217.056	216.562
Provisão para IRRF		(5.059)	(3.955)	(5.059)	(3.955)
		407.011	351.362	611.976	556.781

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 31 (c).

7 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Contas a receber serviços de construção (a)	6.709.080	6.565.661
Contas a receber serviços de O&M (b)	271.265	244.160
	6.980.345	6.809.821
Circulante	1.552.516	1.474.794
Não circulante	5.427.829	5.335.027

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) O&M - Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Com a determinação da Resolução ANEEL 474, a taxa média anual de depreciação dos ativos da Controlada CTEEP passará de 2,72% para 2,86%. A Controlada CTEEP, considerando as novas quotas periódicas de depreciação e a luz do IFRIC 12 e OCPC 5, realizou cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão e do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações trimestrais de 31 de março de 2012.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
A vencer	6.945.941	6.784.301
Vencidos		
até 30 dias	7.877	1.353
de 31 a 60 dias	746	598
há mais de 61 dias (i)	25.781	23.569
	34.404	25.520
	6.980.345	6.809.821

- (i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	6.809.821
Receita de construção (nota 25.1)	213.430
Receita financeira (nota 25.1)	345.518
Receita de operação e manutenção (nota 25.1)	157.894
Liquidação	(546.318)
Saldos em 31.03.2012	6.980.345

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	31.03.2012		31.12.2011
	Circulante	Não circulante	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	7.200	-	7.200
Alienação de imóvel (b)	1.497	-	1.497
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	-	688.257	688.257
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	-	174.318	174.318
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	-	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.218)	(2.218)
	8.697	862.575	871.272

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Controlada CTEEP dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Controlada CTEEP de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Controlada CTEEP do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2012 (nota 35). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento da obrigação que a Controlada CTEEP tem de repassar os recursos aos aposentados, conforme montantes estipulados mensalmente pela Fundação CESP.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.
- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2011.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
COFINS	-	-	1.056	1.016
PIS	-	-	302	305
Imposto de renda	43.437	44.950	51.231	53.467
Contribuição social	241	-	1.429	939
Outros	-	-	624	549
	43.678	44.950	54.642	56.276

10 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$111.871 (R\$119.079 em 31 de dezembro de 2011), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização, separadamente ao valor remanescente do ágio, que está classificado no ativo intangível.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

	<u>Ágio Total</u>	<u>Intangível (Notas 13.b e 15)</u>	<u>Benefício Fiscal</u>
Saldos em 31.12.2011	350.234	(231.155)	119.079
Realização no período (Nota 28)	(21.200)	13.992	(7.208)
Saldos em 31.03.2012	329.034	(217.163)	111.871

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras despesas, líquidas (nota 28).

11 Empréstimos a Receber

O empréstimo refere-se ao repasse integral pela Companhia à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP, referente ao empréstimo obtido em 2006, junto ao ABN AMRO BANK, denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800 mil, cujo vencimento em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de atualização para essa operação, com recebimento semestral dos juros, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 30 de janeiro de 2017.

Em 15 de dezembro de 2011, a ISA Capital realizou um contrato de mútuo com a empresa Internexa Brasil no montante de R\$9.364 (US\$ 5.000 mil), cujo vencimento será 28 de dezembro de 2012 e com juros calculados com base na variação do CDI acrescida de 0,72% ao ano, tais juros serão pagos trimestralmente.

A composição do saldo é como segue:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Principal	60.510	60.510
Juros	408	38
Variação Cambial	(7.765)	(6.502)
Total	53.153	54.046
Circulante (Nota 30)	9.365	9.393
Não Circulante (Nota 30)	43.788	44.653

12 Cauções e depósitos vinculados

Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros semestralmente relativos aos bônus remanescente após a reestruturação da dívida. O saldo da conta registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 (R\$2.612) foi utilizado para o pagamento de juros do mês de janeiro de 2012.

Dentro do prazo legal estipulado em contrato, o saldo da conta foi recomposto com um depósito no valor de R\$2.617, em 24 de abril de 2012.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Autuações – ANEEL (a) (Nota 21 (a) (iv))	-	-	6.344	6.076
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (Nota 21(a) (i))	-	-	55.974	52.867
Previdenciárias - INSS (Nota 21) (b)(iii))	-	-	2.745	2.745
Depósito BANK of NEW YORK (Caução)	-	2.612	-	2.612
Outros	-	-	550	198
	<u>-</u>	<u>2.612</u>	<u>65.613</u>	<u>64.498</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>2.612</u>	<u>-</u>	<u>2.612</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.613</u>	<u>61.886</u>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Controlada CTEEP contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Controlada CTEEP sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Controlada CTEEP devido a fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Controlada CTEEP.
- (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que se refere ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Investimentos

(a) Informações da controlada CTEEP

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço		
Ordinárias - ON	64.484.433	64.484.433
Preferenciais - PN	<u>88.177.132</u>	<u>88.177.132</u>
Total	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.162.626	1.162.626
Reservas de capital	2.054.369	2.054.369
Reserva especial de ágio	147.912	147.912
Reservas de lucro	1.141.908	1.142.512
Proposta de distribuição de dividendo adicional	31.349	31.349
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666
Lucro líquido do período não destinado	<u>91.796</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.630.626</u>	<u>4.539.434</u>
Lucro Líquido do período	<u>205.104</u>	<u>915.260</u>

(b) Informações do Investimento

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ações possuídas - ON (quantidades) em circulação na data do Balanço	57.715.128	57.715.128
Patrimônio Líquido da CTEEP	4.630.626	4.539.434
(-) Reserva Especial de ágio	(147.912)	(147.912)
Patrimônio Líquido da CTEEP (Base Equivalência)	4.482.714	4.391.522
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8059%	37,8059%
Investimento (A)	<u>1.694.730</u>	<u>1.660.253</u>
Ágio		
Ágio a amortizar (Nota 10)	217.162	231.155
Ágio - Reserva especial	<u>147.912</u>	<u>147.912</u>
Ágio total (B)	<u>365.074</u>	<u>379.067</u>
Total do investimento (A+B)	<u>2.059.804</u>	<u>2.039.320</u>

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(c) Movimento do Investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.039.320</u>
Resultado de equivalência patrimonial	77.681
Dividendos intermediários reconhecidos no trimestre (i)	(19.028)
Juros sobre capital próprio bruto reconhecido no trimestre (i)	(24.177)
Amortização do ágio (Nota 28)	(13.992)
Saldo em 31 de março de 2012	<u>2.059.804</u>

(i) No primeiro trimestre de 2012, o Conselho de Administração da Controlada CTEEP aprovou, para pagamento em 30/04/2012, juros sobre o capital próprio e dividendo intermediários no montante de R\$63.950 e R\$50.332 respectivamente, sendo que do total distribuído coube à ISA Capital a importância de R\$43.205 e para os demais acionistas R\$71.077.

14 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Taxas médias anuais de depreciação	Controladora			
		31.03.2012		31.12.2011	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	16%	31	(6)	25	32
Móveis e utensílios	10%	30	(12)	18	19
Outros	4%	4	(1)	3	1
		<u>65</u>	<u>(19)</u>	<u>46</u>	<u>52</u>

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de depreciação			31.03.2012	31.12.2011
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em serviço					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	3.148	(3.148)	-	62
Máquinas e equipamentos	16%	10.429	(5.155)	5.274	5.468
Móveis e utensílios	10%	2.764	(1.098)	1.666	1.729
Veículos	21%	1.535	(864)	671	733
Outros	4%	1.032	(265)	767	844
		18.908	(10.530)	8.378	8.836

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 31.03.2012
Maquinas e equipamentos	32	-	(3)	(4)	25
Móveis e utensílios	19	-	-	(1)	18
Outros	1	2	-		3
	52	2	(3)	(5)	46

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 31.03.2012
Benfeitorias em Imóveis terceiros	62	-	(62)	-	-
Maquinas e equipamentos	5.468	29	(218)	(6)	5.273
Móveis e utensílios	1.729	5	(67)	-	1.667
Veículos	733	-	(62)	-	671
Outros	844	2	(15)	(64)	767
	8.836	36	(424)	(70)	8.378

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado, e ao ágio apurado na aquisição da Controlada CTEEP, projeto ERP-SAP que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, e está sendo amortizado, linearmente, no prazo de 5 anos.

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. O ágio está sendo amortizado de acordo com os contratos de concessões da CTEEP nº 059/01 e 143/01 que vencerão respectivamente em 2015 e 2031.

A movimentação do intangível, é como segue:

	Consolidado		
	Ágio	Software	Total
Saldo em 31.12.2011	231.155	8.997	240.152
Adições	-	7	7
Amortização de gastos com software	-	(847)	(847)
Amortização do ágio (Nota 28)	(13.992)	-	(13.992)
Saldo em 31.03.2012	217.163	8.157	225.320

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Encargos	Vencimento final	Consolidado	
			31.03.2012	31.12.2011
Moeda Estrangeira				
Bônus (a)	8,8%	30.01.2017	58.517	61.548
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)				
CCB Internacional Banco IBBA (d) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	119.572	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan (d) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	157.804	159.116
Moeda Nacional				
BNDES (b) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	304.747	328.318
BNDES (b) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	182.971	196.251
BNDES (b) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	56.359	57.631
BNDES (b) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	231.372	229.947
BNDES (b) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.07.2012	142.397	71.890
BNDES (b) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	5.300	5.328
BNDES (b) (vi)	5,5% a.a.	15.01.2021	4.298	4.240
BNDES (b) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	49.770	49.562
BNDES (b) (vii)	5,5%	15.05.2021	76.912	75.872
BNDES (b) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	51.292	48.282
BNDES (b) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	44.334	42.217
Notas Promissórias (c)				
4º emissão (c) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	-	223.048
5º emissão (c) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	325.131	316.885
6º emissão (c) (iii)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	408.548	-
Banco Bradesco (e)	CDI + 2,0% a.a.	-	4.348	4.365
Banco do Nordeste (f)	10,0% a.a.	19.05.2030	55.737	55.898
Eletrobrás	8,0% a.a.	15.11.2021	378	391
Arrendamentos mercantis financeiros			540	619
Total Moeda Estrangeira e Nacional			2.280.327	2.053.485
Circulante			1.293.464	1.009.850
Não circulante			986.863	1.043.635

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro de 2007 no valor de US\$554 milhões.

A emissão, que teve como agentes o JP Morgan S.A. e o ABN Amro Real S.A. foi dividida em duas “tranches”: a primeira, no valor de US\$200 milhões, com prazo de cinco anos com vencimento em 2012, taxa de juros de 7,875% ao ano, com opção Call nos anos 2010 e 2011; a segunda “tranche”, de US\$354 milhões, com prazo de dez anos com vencimento em 2017 e taxa de juros de 8,8% ao ano.

- (i) Reestruturação da dívida em moeda estrangeira – Bônus

Em consonância com a estratégia do Grupo ISA, que tem como premissa expandir seus negócios no Brasil, a administração da ISA Capital desenvolveu estudos, denominado projeto REDI, para reestruturar sua dívida em moeda estrangeira “bônus” com o objetivo de reduzir o custo desse endividamento e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis que possibilitem a expansão das atividades da Companhia e de suas sociedades Controladas.

- Bônus de US\$354,0 milhões com vencimento em 2017

Em 08 de fevereiro de 2010 a Companhia deu início à implementação da reestruturação anunciando no exterior uma oferta pública de recompra em dinheiro de todos os bônus de sua emissão com vencimento em 2017 até o montante total em circulação equivalente a US\$354 milhões. Como parte integrante da operação, além do pagamento pelo valor de mercado de 108,25% a ISA Capital ofereceu aos detentores dos bônus de 2017 que aderissem a oferta pública até o dia 24 de fevereiro de 2010 (denominado de período antecipado) um valor adicional (“ConsentFee”) de 3,50% sobre o valor de mercado. Entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2010 os detentores que aderiram a oferta receberam com base no valor de mercado 108,25%. Encerrado o período da oferta, constatou-se a adesão de 91,06% do total dos detentores dos bônus. Dessa forma dentro das condições estabelecidas, a Companhia, em março de 2010, recomprou US\$322,3 milhões, importância equivalente a 91,06% do total de US\$354,0 milhões, remanescendo no mercado apenas 8,94% do total dos bônus com vencimento em 2017 com valor equivalente a US\$31,6 milhões.

O desembolso total pela Companhia na recompra de 91,06% desses títulos ocorreu no mês de março 2010, no total de US\$371,8 milhões equivalentes a R\$665,0 milhões, assim compostos: (i) Principal de US\$322,3 milhões equivalentes a R\$577,4 milhões; (ii) Prêmio (“Consent Fee”) de US\$37,7 milhões equivalentes a R\$66,6 milhões; (iii) Juros proporcionais de US\$3,2 milhões equivalentes a R\$5,7 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas de US\$8,6 milhões equivalentes a R\$15,3 milhões.

Para o montante de bônus de US\$31,6 milhões remanescente no mercado, ficam mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão, porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano.

- Bônus de US\$200,0 milhões com vencimento em 2012

Assim que a oferta pública de recompra dos bônus de 2017 foi concluída, a Companhia, utilizando-se da prerrogativa de opção call prevista no contrato dos bônus com vencimento em 2012, iniciou o processo de recompra dos títulos, e dentro do prazo e condições estabelecidas recomprou 100% da totalidade dos mesmos cujo montante era de US\$200 milhões. Considerando que a recompra foi pelo valor de mercado vigente de 103,938%, conforme estipulado nas debêntures para o exercício da opção call em 2010, a ISA Capital desembolsou pela recompra desses bônus o montante de US\$212,6 milhões equivalentes a R\$380,8 milhões, assim composto: (i) Principal US\$200,0 milhões equivalentes a R\$358,2 milhões; (ii) Prêmio US\$7,9 milhões equivalentes a R\$14,1 milhões; (iii) Juros proporcionais US\$2,4 milhões equivalentes a R\$4,4 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas US\$2,3 milhões equivalentes a R\$4,1 milhões.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada da CTEEP, IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada da CTEEP, IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$37,7, R\$36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização, em parcela única juntamente com os encargos, foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Itaú BBA, Bradesco e Santander, ao custo de 0,7% a.a..
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada da CTEEP, IEMadeira assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, no valor de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8, R\$101,0 e R\$36,4 milhões em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro e 27 de março de 2012, respectivamente. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos em 15 de julho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária junto ao Banco Itaú BBA e Bradesco, ao custo de 0,3% a.a.
- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, IESul assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,95% a.a., com vencimentos semestrais. A IESul deverá manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,48% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada da CTEEP Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a. com vencimentos trimestrais. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (c) Notas promissórias
- (i) Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias.
- (ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,48% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$190 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (iii) 6ª Emissão - emitidas em 11 de janeiro de 2012, no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem ao 104,9% do CDI a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (d) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)
- (i) Em 20 de abril de 2011, a Controlada CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 29. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.
- (ii) Em 17 de outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 31.
- (e) Conta garantida com limite de R\$20,0 milhões da controlada da CTEEP IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 2,0% a.a.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (f) Em 19 de maio de 2010, a controlada da CTEEP IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da linha de transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Será aplicado bônus de adimplência de 25% à parcela de crédito aplicada no semi-árido e bônus de adimplência de 15% à parcela fora do semi-árido, desde que, as prestações de juros ou principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011, a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
2013	-	-	403.221	451.771
2014	-	-	175.889	172.425
2015	-	-	101.666	98.201
2016	-	-	27.440	23.975
2017	-	-	31.923	-
Após 2017	57.671	59.371	246.724	297.263
	57.671	59.371	986.863	1.043.635

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	61.548	2.053.485
Adições	-	473.467
Pagamentos (principal e juros)	(2.423)	(287.171)
Juros e variações monetárias e cambiais	(608)	40.546
Saldos em 31.03.2012	58.517	2.280.327

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17 Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Consolidado	
				31.03.2012	31.12.2011
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	504.617	490.736
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	69.468	67.117
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	106,5 % do CDI a.a.	224.202	221.608
				798.287	779.461
Circulante				407.577	389.825
Não circulante				390.710	389.636

Em dezembro de 2009, a Controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2012, de 2013, de 2014 e 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a controlada da CTEEP IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e sua controlada até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
2013	163.317	163.204
2014	178.186	177.939
2015	16.402	16.164
2016	16.402	16.163
2017	16.403	16.166
	390.710	389.636

A movimentação das debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31.12.2011	779.461
Pagamentos (principal e juros)	(3.128)
Juros e variações monetárias e cambiais	21.954
Saldos em 31.03.2012	798.287

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Imposto de renda	4.713	4.227	55.652	42.618
Contribuição social	1.644	1.402	20.287	15.385
COFINS	1.837	1.843	10.466	9.819
PIS	399	400	2.271	2.130
Programa bolsa estudos (a)	-	-	692	864
INSS	27	17	5.802	7.541
ISS	1	-	3.711	3.421
Outros	-	189	8.306	6.573
	8.621	8.078	107.187	88.351

19 Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Controlada CTEEP aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Controlada CTEEP gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

Saldo em 31.12.2011	157.509
Atualização monetária sobre o débito	3.293
Pagamentos efetuados	(3.112)
Saldo em 31.03.2012	157.690
Circulante	12.532
Não circulante	145.158

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20 Encargos regulatórios a recolher

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	54.003	50.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.410	1.834
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	4.818	2.592
Reserva Global de Reversão - RGR	5.001	4.917
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.604	1.269
Taxa de fiscalização - ANEEL	212	182
	69.048	61.158
Circulante	34.774	28.824
Não circulante	34.274	32.334

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

21 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Férias e encargos sociais	11	13	13.072	17.853
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	-	683	5.419
Programa de desligamento voluntário PDV (a)	-	-	4	6
Contingências (b)	-	-	103.190	101.844
	11	13	116.949	125.122
Circulante	11	13	13.778	23.290
Não circulante	-	-	103.171	101.832

(a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Trabalhistas (i)	88.297	87.807
Cíveis	3.958	3.347
Fiscais – IPTU (ii)	7.755	7.608
Previdenciárias – INSS (iii)	1.482	1.439
ANEEL (iv)	1.698	1.643
	103.190	101.844

(i) **Trabalhistas**

A Controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Controlada CTEEP possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$55.974 (R\$52.867 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 12.

(ii) **Fiscais - IPTU**

A Controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$7.755.

(iii) **Previdenciárias - INSS**

Em 10 de agosto de 2001, a Controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”.

Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Controlada CTEEP nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, sob a rubrica despesas gerais administrativas, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

(iv) **ANEEL**

A Controlada CTEEP mantém provisão referente ao processo decorrente do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada à interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

(v) **Processos com perdas possíveis**

A Controlada CTEEP possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$106.796 (R\$119.512 em 31 de dezembro de 2011), concentradas principalmente em trabalhistas, que em 31 de março de 2012 totaliza R\$65.873 (R\$65.736 em 31 de dezembro de 2011) para as quais não foi constituída provisão.

(vi) **Movimentação das provisões para contingências:**

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado					
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Fiscais - IPTU</u>	<u>Previdenciárias - INSS</u>	<u>ANEEL</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2011	87.807	3.347	7.608	1.439	1.643	101.844
Constituição	1.621	596	-	-	-	2.217
Reversão/pagamento	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Atualização	158	15	147	43	55	418
Saldos em 31.03.2012	88.297	3.958	7.755	1.482	1.698	103.190

22 Valores a pagar – Fundação CESP

A Controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$6.304 em 31 de março de 2012 (R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Controlada CTEEP (Nota 35).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Controlada CTEEP e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Controlada CTEEP em relação ao informado na nota 22 (d), nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

23 Obrigações especiais – Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Controlada CTEEP paga 5% sobre o valor da Reserva, a título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

Não houve alteração em relação à 31 de dezembro de 2011.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 28 de abril de 2006, na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Em 19 de setembro de 2006, a Companhia foi transformada em sociedade por ações.

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e termino em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 divididos em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembléia foram aprovados a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Passando o capital social da Companhia de R\$840.198 para 840.378 dividido em 1.434.469.504 ações.

Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A.

Dessa forma, em 31 de março de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais, distribuídas como segue:

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Quantidade de ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.624.995	0	840.624.995	58,60%
Conselheiros da Administração	5	0	5	0,00%
HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo	0	296.922.252	296.922.252	20,70%
Banco Votorantim S.A.	0	296.922.252	296.922.252	20,70%
Total	840.625.000	593.844.504	1.434.469.504	100%

(b) Destinação dos lucros

Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

Ainda de acordo com o referido artigo 35º do Estatuto Social a importância equivalente a 100% do Lucro líquido remanescente após a constituição da Reserva Legal, observado os limites legais, e os pagamentos de Dividendos Obrigatórios e Fixos Cumulativos devidos às ações preferenciais, deverá ser destinada para a Reserva de Lucros até que esta atinja 50% do saldo do valor a resgatar das ações preferenciais resgatáveis acrescidos de 120% o valor dos Dividendos Fixos Cumulativos e/ou valores relativos a resgates devidos às ações preferenciais e não pagos. A destinação é efetuada anualmente.

(c) Dividendos fixos cumulativos

Os dividendos fixos cumulativos são calculados e pagos a cada trimestre conforme estabelece o artigo 6º do Estatuto Social.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A., como segue:

<u>Pagamento</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor por Ação</u>	<u>Ações</u>	<u>Deliberação</u>	<u>Competência</u>
09/01/2012	36.004	0,060629	593.844.504	9/1/2012	2011
Total	36.004				

(d) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 31 de março de 2012, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(e) Ágio na transação de capital

Após aquisição de ações da CTEEP em dezembro de 2011, a Companhia apurou um ganho na variação de porcentagem, juntamente com uma perda no valor da ação de compra em relação ao valor Patrimonial da ação da Controlada. A conta de ágio na transação de capital em 31 de março de 2012 tem saldo equivalente a R\$7.488. Essa importância será realizada no momento da venda das ações da CTEEP.

(f) Reservas de lucro

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de lucros (ii) (Nota 24.b)	<u>89.629</u>	<u>89.629</u>
	<u>95.510</u>	<u>95.510</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

(ii) Reserva de lucros

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no estatuto social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

(g) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro básico e diluído		
Lucro líquido do período	56.715	103.214
Quantidade média ponderada de ações		
Ordinárias	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	<u>593.844.504</u>	<u>593.844.504</u>
	<u>1.434.469.504</u>	<u>1.434.469.504</u>
Total do lucro básico e diluído por ação	<u>0,03954</u>	<u>0,07195</u>

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25 Receita operacional líquida

25.1 Composição da receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Receita bruta		
Construção (a) (Nota 7)	213.430	206.417
Operação e Manutenção (a) (Nota 7)	157.894	148.692
Financeira (b) (Nota 7)	345.518	332.190
Aluguéis	3.598	3.300
Prestação de serviços	1.711	903
Total da receita bruta	722.151	691.502
Tributos sobre a receita		
COFINS	(18.957)	(35.682)
PIS	(4.110)	(7.743)
ISS	(85)	(45)
	(23.152)	(43.470)
Encargos regulatórios		
Conta de consumo de combustível – CCC	(14.192)	(12.650)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(10.044)	(7.616)
Reserva global de reversão – RGR	(13.974)	(12.869)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.937)	(4.480)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – PROINFA	(4.474)	(3.378)
	(47.621)	(40.993)
	651.378	607.039

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Controlada CTEEP. Quando a Controlada CTEEP presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Controlada CTEEP e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota 25.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

25.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

25.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Controlada CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da Controlada CTEEP, que era de R\$1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$247.519, equivalente a 14,1%. A RAP da Controlada CTEEP em conjunto com suas controladas, que era de R\$1.861.195 em 01 de julho de 2010, passou para R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$259.397, equivalente a 13,9%.

A RAP da Controlada CTEEP a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	<u>1.241.581</u>	<u>314.290</u>	<u>15.925</u>	<u>(17.927)</u>	<u>360.076</u>	<u>106.099</u>	<u>(11.767)</u>	<u>2.008.277</u>

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A RAP da Controlada CTEEP e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	13.474	-	-	-	-	-	-	13.474
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
	1.318.136	314.290	51.685	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.120.592

26 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora		
		31.12.2011	31.03.2011
	Despesas	Total	Total
Pessoal	(402)	(402)	(572)
Serviços	(471)	(471)	(147)
Depreciação	(3)	(3)	(3)
Arrendamentos e aluguéis	(71)	(71)	(56)
Outros	(50)	(50)	(23)
	(997)	(997)	(801)

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado			
			31.03.2012	31.03.2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(48.174)	(13.320)	(61.494)	(49.148)
Serviços	(74.374)	(14.229)	(88.603)	(74.841)
Depreciação	-	(1.272)	(1.272)	(1.516)
Materiais	(125.594)	(504)	(126.098)	(146.874)
Arrendamentos e aluguéis	(2.145)	(1.535)	(3.680)	(2.906)
Contingências	-	(5.576)	(5.576)	(5.582)
Outros	(6.626)	(9.600)	(16.226)	(11.325)
	(256.913)	(46.036)	(302.949)	(292.192)

Os custos de construção da controlada totalizaram R\$34.802 em 31 de março de 2012 e R\$56.215 em 31 de março de 2011. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$170.447 em 31 de março de 2012 e R\$177.999 em 31 de março de 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.12.2011
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	9.718	7.677	16.075	13.473
Juros ativos	646	340	893	1.786
Juros Selic IR a recuperar	890	962	890	962
Variações monetárias	-	-	-	239
Variações cambiais	8.135	1.604	8.135	1.604
Variações cambiais (CCB International e Commercial Paper)	-	-	24.959	-
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International)	-	-	14.252	-
Ajuste operações de cobertura (NDF)	-	-	1.901	-
Outras	-	-	783	105
	19.389	10.583	67.888	18.169
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(1.224)	(1.152)	(19.210)	(14.651)
Juros passivos	-	-	(3.622)	(6.805)
Encargos sobre notas promissórias	-	-	(18.166)	(4.583)
Encargos sobre debêntures	-	-	(21.051)	(16.228)
Encargos (CCB International e Commercial Paper)	-	-	(1.956)	-
Ajuste MTM (mark to market) (CCB Internacional e Commercial)	-	-	(3.415)	-
IRRF sobre remessa de juros	(161)	(165)	(161)	(165)
PIS sobre juros capital próprio	(399)	(408)	(399)	(408)
COFINS sobre juros capital próprio	(1.837)	(1.877)	(1.837)	(1.877)
Ajuste a valor de mercado - dívida (Bônus)	-	-	-	-
Variações monetárias	(5.119)	(9.790)	(6.800)	(9.790)
Varição Cambial	(7.755)	(1.306)	(7.755)	(1.306)
Variações Cambiais (CCB International e Commercial Paper)	-	-	(16.918)	-
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International)	-	-	(22.762)	-
Ajuste Operações de cobertura (NDF)	-	-	(3.223)	-
Outras	-	(2.598)	(8.738)	(6.341)
	(16.495)	(17.296)	(136.013)	(62.154)
	2.894	(6.713)	(68.125)	(43.985)

As captações internacionais, no trimestre, apresentaram uma receita de variação cambial líquida de R\$8.041 e encargos de R\$1.956. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma despesa líquida de R\$8.510.

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$3.425, encargos de R\$1.115 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$954. O ajuste de *Swap* gerou uma despesa líquida de R\$3.688 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no trimestre, receita de variação cambial líquida de R\$4.616 e encargos de R\$841 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$2.461. O ajuste de *Swap* obteve uma despesa líquida de R\$4.822 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada da CTEEP, IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$1.901 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$2.920. Os saldos são proporcionais a participação na controlada.

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receitas				
Outras	-	-	597	-
	-	-	597	-
Despesas				
Amortização do ágio (Notas 10,13.c e 15)	(13.992)	(13.992)	(21.200)	(20.344)
	(13.992)	(13.992)	(21.200)	(20.344)
	(13.992)	(13.992)	(20.603)	(20.344)

29 Imposto de renda e contribuição social

(a) Correntes

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	65.586	56.137	259.701	250.518
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(22.299)	(19.087)	(88.298)	(85.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprios	(8.220)	(8.399)	13.523	13.936
Realização de perdas			(7.034)	-
Amortização ágio	(4.757)	(4.757)	(4.757)	(4.757)
Manutenção da integridade do patrimônio líquido	-	-	4.757	4.757
Amortização de deságio EPTE	-	-	-	1.444
Equivalência patrimonial	26.412	26.399	-	-
Constituição de diferido sobre saldo negativo	-	53.000	-	53.000
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	-	-	5.627	-
Outros	<u>(7)</u>	<u>(79)</u>	<u>619</u>	<u>(2.307)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(8.871)</u>	<u>47.077</u>	<u>(75.563)</u>	<u>(19.103)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(6.208)	(4.144)	(75.853)	(67.737)
Diferido	<u>(2.663)</u>	<u>51.221</u>	<u>290</u>	<u>48.634</u>
	<u>(8.871)</u>	<u>47.077</u>	<u>(75.563)</u>	<u>(19.103)</u>
Alíquota efetiva	<u>13,53%</u>	<u>-</u>	<u>29,10%</u>	<u>7,63%</u>

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

(b) Diferidos

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia registrou tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, com base nas suas projeções de lucratividade futuras, que não eram esperadas no ano anterior. A Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 5 anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal utilizado anualmente	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Imposto de Renda	6.374	7.441	8.513	8.399	8.244	38.971
Contribuição Social	2.294	2.678	3.064	3.023	2.970	14.029
Total	8.668	10.119	11.577	11.422	11.214	53.000

Adicionalmente a Companhia possui em 31 de março de 2012, saldo de R\$181.678 (31 de dezembro 2011 R\$184.358) de créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos não tornaram-se ainda provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Provisão para contingências	-	-	35.078	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	-	-	(126.738)	(134.800)
Perda na aquisição IEMG	-	-	-	-
IR diferido sobre prejuízo fiscal	31.202	33.131	31.920	33.849
CS diferido sobre base negativa	11.194	11.927	11.194	11.927
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(718)	(718)
Provisão para perdas (i)	-	-	27.921	35.926
Outras diferenças temporárias	-	-	24.513	22.075
Líquido	42.396	45.058	3.170	2.882
Ativo Circulante	-	-	-	-
Ativo não Circulante	42.396	45.058	51.772	45.058
Passivo não circulante	-	-	48.602	42.176

*Em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso, não se encontra líquido.

(i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Controlada CTEEP efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que ainda estão em processo de reconciliação. A Administração da Controlada CTEEP decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificadas, até o momento, e ao término do trabalho de conciliação o saldo remanescente será reconhecido como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) As controladas da CTEEP IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

30 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	31.03.2012		31.12.2011		31.03.2012	31.03.2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
a) da Controladora ISA CAPITAL							
Benefícios de curto prazo	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(364)	(366)
Empréstimos (nota 11)	Interconexion Electrica	43.788	-	44.653	-	(632)	(552)
	Internexa Brasil	9.365	-	9.393	-	29	-
Sublocação	Controlada CTEEP	-	(46)	-	(43)	(70)	(56)
Prestação de serviços	Controlada CTEEP	-	(7)	-	-	(22)	(22)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	Controlada CTEEP	39.578	-	84.828	-	-	-
b) da Controlada CTEEP							
Benefícios de curto prazo	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(1.402)	(1.315)
Sublocação	IEMG	-	-	7	-	10	4
	IENNE	-	-	8	-	16	28
	Pinheiros	-	-	-	-	19	10
	IESUL	-	-	5	-	10	22
	Serra do Japi	-	-	15	-	33	8
	IEMG	-	-	-	-	-	264
Prestação de serviços	Pinheiros	98	-	30	-	181	-
	IEMadeira	-	-	3.226	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	IEMG	529	-	529	-	-	-
Mútuo Financeiro	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	353

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Benefício de curto prazo

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

Sublocação

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Controlada CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Prestação de serviços

Em 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de prestação de serviços com a controladora ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Mútuo

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro entre a Controlada CTEEP e Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam à taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de março de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro entre a Controlada CTEEP e Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam à taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 31 de março de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	407.250	351.567	615.682	558.862
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber			-	
Circulante	-	-	1.552.516	1.474.794
Não circulante	-	-	5.427.829	5.335.027
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	-	-	8.697	14.906
Não circulante	-	-	862.575	810.750
Empréstimos a Receber				
Circulante	9.365	9.363	9.365	9.363
Não circulante	43.788	44.653	43.788	44.653
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	39.578	84.828	-	-
Cauções e depósitos vinculados				
Circulante	-	2.612	-	2.612
Não circulante	-	-	65.613	61.886
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	1.223	1.673
Não circulante	-	-	43.761	54.195
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	846	2.177	1.293.464	1.009.850
Não circulante	57.671	59.371	986.863	1.043.635
Debêntures				
Circulante	-	-	407.577	389.825
Não circulante	-	-	390.710	389.636
Fornecedores	456	325	55.577	83.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	81.652	147.328
Valor Justo através do Resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	23.449	27.226
Não circulante	-	-	-	-
Valores a pagar Lei 4.819/58 – Secretaria da Fazenda				
Circulante	10.050	10.050	10.050	10.050
Não circulante	383.735	378.617	383.735	378.617

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Controlada CTEEP celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada da CTEEP IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contratação de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A Controlada CTEEP e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Companhia adotou o “*Hedge Accounting*” para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

				Consolidado
Ativos e passivos	Vencimento	Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
				31.03.2012
Posição ativa:				
<i>Swap</i> (Banco Itaú)	Abril de 2013	119.572	119.572	-
<i>Swap</i> (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	157.804	157.804	-
NDF (Instituições Financeiras)	Junho a setembro de 2013	35.678	37.579	1.901
				<u>313.054</u>
				<u>314.955</u>
				<u>1.901</u>
Posição passiva:				
<i>Swap</i> (Banco Itaú)	Abril de 2013	(119.572)	(102.008)	17.564
<i>Swap</i> (Banco JP Morgan)	Outubro de 2013	(157.804)	(155.734)	2.070
NDF (Fornecedor)	Junho a setembro de 2013	(35.678)	(35.678)	-
				<u>(313.054)</u>
				<u>(293.420)</u>
				<u>19.634</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>21.535</u>	<u>21.535</u>
Ativo circulante				<u>1.223</u>
Ativo não circulante				<u>43.761</u>
Passivo circulante				<u>(23.449)</u>

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	846	2.177	1.293.464	1.009.850
Não Circulante	57.671	59.371	986.863	1.043.635
Debêntures				
Circulante	-	-	407.577	389.825
Não Circulante	-	-	390.710	389.636
Dívida total (i)	58.517	61.548	3.078.614	2.832.946
Caixa e equivalentes de caixa	407.250	351.567	615.682	558.862
Dívida líquida	(348.733)	(290.019)	2.462.932	2.274.084
Patrimônio líquido (ii)	2.184.515	2.127.800	4.972.500	4.859.068
Índice de endividamento líquido	-16,0%	-13,6%	49,5%	46,8%

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas Notas 16 e 17.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e sua controlada podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota 25.2).

(iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (Notas 16 e 17).

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 16(c)). A Controlada da CTEEP IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. A Controladora ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira, para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela controladora.
- (v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Controlada CTEEP o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 16 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Controlada CTEEP possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na controlada da CTEEP IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada da CTEEP IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 30 junho de

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	113.529	141.911	170.293	85.146	56.764
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	149.826	187.283	224.740	112.369	74.913
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	33.622	42.149	50.555	25.216	16.811
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.278	2.844	3.411	1.698	1.132
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(113.529)	(141.911)	(170.293)	(85.146)	(56.764)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(149.826)	(187.283)	(224.740)	(112.369)	(74.913)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(33.622)	(42.149)	(50.555)	(25.216)	(16.811)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.278)	(2.844)	(3.411)	(1.698)	(1.132)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação / (depreciação) da taxa	25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (junho 2012)		1,73	2,16	2,59	1,29	0,86
Taxa da Libra GBP/R\$		2,76	3,46	4,15	2,07	1,38

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado						
R\$ Mil						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	99,5 a 101% CDI	297	368	438	224	151
Passivos financeiros						
Notas Promissórias - 5º emissão	CDI + 0,48%	7.388	9.071	10.728	5.680	3.945
Notas Promissórias - 6º emissão	104,9% CDI	9.207	11.417	13.592	6.962	4.680
Debêntures 1ª série	CDI + 1,30%	12.581	15.210	17.801	9.910	7.198
Debêntures 2ª série	IPCA + 8,10% TJLP + 1,80 a	2.362	2.604	2.842	2.119	1.873
FINEM BNDES (i) e (ii)	2,30%	9.710	11.453	13.179	7.948	6.166
Banco Bradesco	CDI + 2,0% TJLP + 1,55 a	116	139	161	93	70
BNDES (Controladas)	2,80%	12.273	14.361	16.426	10.164	8.032
Debêntures IEMadeira	106,5% CDI	5.123	6.351	7.560	3.874	2.605
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,30 a 103,5% CDI	5.560	6.896	8.212	4.203	2.824
Efeito líquido da variação		<u>(64.023)</u>	<u>(77.134)</u>	<u>(90.063)</u>	<u>(50.729)</u>	<u>(37.242)</u>
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (junho de 2012)		8,88%	11,10%	13,32%	6,66%	4,44%

32 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Além do compromisso mencionada na nota 5, os principais compromissos assumidos pela Controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	31.03.2012	31.12.2011
Até um ano	6.210	6.210
Mais de um ano até cinco anos	6.449	8.002
	12.659	14.212

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sublocação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 30 – transações com partes relacionadas.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	05/10/11 a 18/01/13	2.660.977	2.977
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 19/12/12	36.000	578
Transportes Nacionais (c)	16/07/09 a 15/12/12	277.430	47
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	30.262	1
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			3.633

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

34 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da Controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo. Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A Controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela Controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da Controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A Controlada CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução. Nenhuma alteração substancial ocorreu no processo em trâmite, relativo a este caso.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a Controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Controlada CTEEP não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

35 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplicam-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da Controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da Controlada CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à Controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela Controlada CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a Controlada CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a Controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a março de 2012, o valor de R\$2.025.761 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.319.781 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$688.257 (nota 8 (c)), foi requerida pela Controlada CTEEP inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A Controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A Controlada CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Controlada CTEEP. Em decorrência destes fatos, a Controlada CTEEP registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 8 (c)).

36 Eventos subsequentes

Controladora

(a) Distribuição de Dividendos da Controladora

Em 09 de abril de 2012, a ISA Capital pagou dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,05342679 perfazendo dessa forma o montante de R\$31.727 pago à totalidade das ações preferenciais resgatáveis.

Consolidado

(b) Ratificação de pagamento de dividendos

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2012, ratificou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio deliberados pelo Conselho de Administração da Controlada CTEEP e deliberou pelo pagamento, em 30 de abril de 2012, de dividendos adicionais referentes ao lucro remanescente de 2011, no montante de R\$31.349, correspondente a R\$0, 205349 por ação.

(c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em 30 de abril de 2012 a Controlada CTEEP efetuou o pagamento e/ou deixou à disposição os dividendos e juros sobre capital próprio deliberados em reunião do Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
ISA Capital do Brasil S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da **ISA Capital do Brasil S.A.** (“Companhia”) em 31 de março de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Como consequência da reestruturação da Dívida efetuada no exercício de 2010, indicada na nota 16.a, a ISA Capital do Brasil S.A., reconheceu a emissão de ações preferenciais resgatáveis, indicada na nota 24.a, como um instrumento Patrimonial a qual, em nossa opinião, deveria ser reconhecida como instrumento financeiro Passivo, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 39. e IAS 32. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a remuneração do referido instrumento como dividendo fixo cumulativo, conforme prevê seu Estatuto Social e Acordo de Acionistas, e não como despesa financeira a título de juros, da forma como entendemos que deveria ser. Caso a Companhia houvesse reconhecido a referida emissão de ações como instrumento financeiro Passivo e a mencionada remuneração tivesse sido reconhecida como despesa financeira e não como dividendo, o Patrimônio Líquido, em 31 de março de 2012, seria diminuído em R\$1.200.000 mil, passando de R\$2.184.515 mil para R\$984.515 mil (controladora), e passando de R\$4.972.500 mil para R\$3.772.500 mil (consolidado). Adicionalmente, o Total do Passivo seria aumentado, passando de R\$461.390 mil para R\$1.661.390 mil (controladora), e de R\$4.421.154 mil para R\$5.621.154 mil (consolidado). O Lucro Líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2012 seria diminuído em R\$35.180 mil, passando de R\$56.715 mil para R\$21.535 mil (controladora), e, de R\$184.138 mil para R\$148.958 mil (consolidado), antes da participação dos acionistas não controladores.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias individuais da **ISA Capital do Brasil S.A.**, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações intermediárias consolidadas da **ISA Capital do Brasil S.A.**, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de março de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para

o período de três meses findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 34, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado de São Paulo. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado de São Paulo, que repassa o valor à empresa controlada CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para que efetue o pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a criação da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004, o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, em janeiro de 2006, a Fazenda do Estado de São Paulo, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber que a controlada CTEEP registra junto ao Governo do Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa 7.c) e 7.d), uma vez que a controlada efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia e de sua controlada CTEEP, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado de São Paulo não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação ao contas a receber deve ser registrada nas demonstrações financeiras intermediárias da controlada e consolidadas.

São Paulo, 17 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

